



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 9/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZOITO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente prestou informações sobre: O ponto da situação do processo de redução de tarifas do abastecimento de água ao domicílio concessionada à Águas do Planalto.-

-----O facto da empreitada de construção da Rotunda de Monte Grande se encontrar parada por imposição da Infraestruturas de Portugal em consequência de parecer do IMTT.-----

II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04/04/2018:

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 4 de abril 2018, aprovada por unanimidade em minuta/e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

-----Deu também conhecimento do seu Despacho nº. 5/2018, de 5/04/2018, de Nomeação do Dr. Manuel António Gomes Pereira para Adjunto do Gabinete de Apoio ao Presidente,-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria nº. 72 referente ao dia 17/04/2018, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.1.1.-Protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira . Acesso à informação referente aos dados contantes da matriz predial relativos aos prédios, incluindo a identificação dos proprietários, para efeitos de identificação e notificação dos proprietários ou detentores de imóveis:-----

-----Foi presente a circular referência. 36/2018-PB, de 04/06/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual informa que:-----

-----No âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, compete aos Municípios, entre outras ações, a fiscalização do cumprimento das obrigações de gestão de combustível e a instrução de processos de contraordenação oriundos do incumprimento dessas obrigações.-----

-----O conhecimento dos limites e da titularidade da propriedade é imprescindível para as atividades de gestão, controlo e planeamento territorial e para o sucesso da implementação da política de prevenção e combate de incêndios.-----

-----Por isso, a cooperação institucional entre as diversas entidades e organismos públicos é



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fundamental, razão pela qual a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo subscreveram uma Declaração Conjunta relativa ao texto de Protocolo de Cooperação a celebrar entre os Municípios e a Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

-----Este Protocolo permitirá o acesso a informação disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira respeitante à identificação dos prédios e do titular da respetiva inscrição matricial.

-----Envia assim, em anexo, a Declaração Conjunta e o texto de Protocolo de Cooperação a celebrar entre os Municípios e a Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento, e deliberou por unanimidade celebrar o Protocolo de Cooperação com a Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (artº. 6º. do Decreto – Lei nº. 7/2003, de 15 de Janeiro, e posteriores alterações):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos do artigo 5º. do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Mortágua os membros do Conselho são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico. Tendo-se iniciado a 20 de Outubro de 2017 o mandato autárquico para o quadriénio de 2017 –2021, solicitou-se às Instituições que, conforme dispõe o artigo 3º. do Decreto - Lei nº. 7/2003, de 15 de Janeiro, e posteriores alterações, fazem parte da composição do Conselho Municipal de Educação que indicassem os respetivos representantes.-----

-----Assim, e depois de cumpridas todas as formalidades legais, proponho que a Câmara solicite à Assembleia Municipal para que nos termos do artigo 6º. da referida lei proceda à nomeação dos membros abaixo designados que constituem o Conselho Municipal de Educação para o presente mandato autárquico:-----

-----Presidente da Câmara Municipal, Engº. José Júlio Henriques, que preside;-----

-----Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Acácio Fonseca Fernandes;-----

-----Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira;-----

-----Presidente de Junta de Freguesia da Marmeleira, José Manuel Lopes Midões, eleito pela



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho;-----
-----Representante da Delegação da Direção de Serviços da Região Centro da DGesTE, Dr^a.
Ana Maria Alves Garcia Botinas;-----
-----Diretor do Agrupamento de Escolas de Mortágua, Dr. Rui José Parada da Costa;-----
-----Representante do pessoal docente do Ensino Secundário Público, Dr^a. Fernanda Maria
Simões Ferreira;-----
-----Representante do pessoal docente do Ensino Básico Público, Dr. Rui Alcino Martins
Alves Ferreira;-----
-----Representante do pessoal docente do Ensino Pré – Escolar Público, Maria Teresa de Sousa
Lopes Ferreira;-----
-----Representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de
Mortágua, Rodrigo Filipe Dias Ferreira e Ana Margarida Ferreira Valente;-----
-----Representante da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mortágua, Emeline
Simões;-----
-----Representante do Jardim Escola João de Deus, Ana Isabel Gouveia Lobo Garcia Marques,
Educadora e Diretora daquela Instituição;-----
-----Representante do Centro de Saúde de Mortágua, Dr. Acácio Fonseca Fernandes;-----
-----Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, Dr^a. Dora Isabel Ferreira
Pires Martins;-----
-----Representante do Centro de Emprego e Formação Profissional de Coimbra, Dr. António
José Soares Francisco;-----
-----Representante da GNR, Comandante do Posto de Mortágua, Sargento Luís Carlos Coelho
Macieira.”-----
-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, nos termos
propostos submeter o assunto à apreciação da Assembleia Municipal para que proceda à
nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 6º. do
Decreto – Lei número 7/2003, de 15 de Janeiro, e posteriores alterações.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Plano Inovador Combate Insucesso Escolar e Promoção do Sucesso Escolar- Projeto Da Escola, Agarra a Vida – Síntese de Atividades Desenvolvidas no 2º. Período letivo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Relatório das Atividades desenvolvidas no 2º. Período do corrente ano letivo no âmbito do Plano de Ação do Projeto da “Escola, Agarra a Vida”, de que se destaca o Programa de “Orientação Escolar e Profissional do 8º. e 9º. ano e as ações “Visitas de conhecimento da oferta formativa” e “Sombra de um Profissional”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.-CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas:-----

6.1.1.-Orfeão Polifónico de Mortágua – Apoio Encontro de Coros:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta datada de 3/04/2018, do Orfeão Polifónico de Mortágua, dando conhecimento da realização no próximo dia 21/04/2018, do seu Encontro de Coros e solicitando o apoio financeiro da Autarquia para fazer face às despesas inerentes à organização do mesmo.-----

-----Foi também presente o ofício datado de 28/03/2018 daquela Associação através do qual remete Relatório e Contas do Exercício de 2017 aprovado em Assembleia Geral bem como o seu Plano de Atividades e Orçamento de 2018.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, atribuir o subsídio de quinhentos (500,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2018/5040 e no orçamento na rubrica 040701.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.1.2.-Teatro Experimental de Mortágua – Apoio ao FESTEM - Festival de Teatro de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido, datado de 20/02/2018, remetido pelo Teatro Experimental de Mortágua, de apoio financeiro para organização da atividade FESTEM – Festival de Teatro de Mortágua, cujo orçamento ascende a 6.000,00 €, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções socioculturais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de 5.000,00 € para apoio às suas atividades regulares durante o corrente ano, nomeadamente a organização do FESTEM – Festival Internacional de Teatro de Mortágua.”-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nos termos do nº. 4, do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, a Vereadora Dr^a. Emilia Maria Almeida Santos Neves de Matos, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

6.1.3.-Associação Cultural e Recreativa e Desportiva Felgueirense – Apoio Festival de Sopas:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 06/2018, datada de 12/03/2018 da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Felgueirense, dando conhecimento que depois do sucesso da primeira edição pretende levar a efeito o III Festival de Sopas e Petiscos e outras iguaria, em simultâneo o III Encontro de Grupos Tradicionais da Região a decorrer de 14 a 15 de abril, e solicitando o apoio financeiro da Câmara Municipal para fazer face às despesas subjacentes à organização daquela ação, cujo orçamento ascende ao montante de três mil euros (3.000,00 €).-----

-----Assim, o Senhor Presidente, considerando a grande dinâmica sócio – cultural desta Associação, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, entre outros, propôs a atribuição do subsídio no montante de dois mil euros (2.000,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

6.1.4.-Grupo Associativo e Recreativo Académico de Vila Moinhos – Apoio XXVI Cicloturismo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta, datada de 26/03/2018, do Grupo Associativo Recreativo Académico de Vila Moinhos, dando conhecimento da realização no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dia 6 de maio o seu XXVI Cicloturismo Masculino, e solicitando uma comparticipação financeira para minimizar as despesas inerentes àquela ação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de cento e cinquenta euros.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/ 5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.--

6.1.5.-Mortágua Futebol Clube – Relatório e Contas de 2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício, datado de 11/04/2018, do Mortágua Futebol Clube através do qual remete o Relatório e Contas do exercício de 2017 bem como o parecer do Conselho Fiscal aprovadas em Assembleia Geral realizada em 29/03/2018.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

7. -AÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – Apoio para Atividades:-----

7.1.1.-Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual – Apoio V Gala ABA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, sem data e recebida a 12/04/018, da Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual dando conhecimento que irá decorrer no dia 14 de abril, na cidade de Viseu, a V Gala da Escola de Cães – Guia, com a apresentação do espetáculo “Vi(r)ver Sem ver”.-----

-----Dando continuidade a um projeto de divulgação e disseminação dos objetivos e trabalho desenvolvidos, homenageando os utilizadores que no ano anterior obtiveram o seu Cão – Guia, o evento serve também para projetar o bom nome de Mortágua.-----

-----Assim, considerando o custo inerente à organização desta iniciativa de promoção e desenvolvimento, solicita dentro da parceria estabelecida com a Câmara para este evento a atribuição de uma comparticipação financeira de forma equilibrar o seu orçamento.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir um apoio no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

montante de dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €), mediante a celebração de Protocolo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 03 Ação Social, programa 001 IPSS, no projeto 2018/5043 Apoio a Atividade.-----

8.-SAÚDE:-----

8.1.-PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE:-----

8.1.1.-Apoio funcionamento extensão de Espinho – Transferência para a Junta de Freguesia:-----

-----Estando inscrito nas Opções do Plano do corrente ano na rubrica “Funcionamento dos Postos Avançados – Transferência Juntas de Freguesia” e sendo as despesas de funcionamento do Posto Avançado do Centro de Saúde, em Espinho, suportadas há já alguns anos a esta parte pela Junta de Freguesia de Espinho, dado que o mesmo está instalado no edifício daquela Junta de Freguesia, o Senhor Presidente propôs, por forma a minimizar aquele encargo, que se procedesse à transferência de três mil e quinhentos euros (3.500,00 €) para a Junta de Freguesia de Espinho.-----

-----Considerando a natureza do pedido o subsídio não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso que se encontra inscrito no orçamento do corrente ano na rubrica 04050102 e nas Opções do Plano no Objetivo 04 Saúde, projeto 2018/5058.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência do valor proposto de acordo com as Opções do Plano do corrente ano, e autorizar o respetivo compromisso.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-SANEAMENTO BÁSICO E SALUBRIDADE:-----

9.1.-REDES DE ESGOTOS E TRATAMENTO – Redes de Drenagem/Extensão/Remodelação:-----

9.1.1.-Concurso Público para Adjudicação da Empreitada de Execução da ETAR da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Vila Pouca e da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Mortazel:-----

-----Foi deliberado por unanimidade retirar este ponto da Ordem de Trabalhos da presente Reunião.-----

10.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

10.1.-DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – Freguesias Prioritárias:-----

-----Foi presente o e:mail do Gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil através da qual dá conhecimento que o Governo, em articulação com diversas entidades, com destaque para os Municípios, tem promovido um conjunto de iniciativas da sensibilização, da gestão de combustíveis e da implementação de programas de prevenção, com o objetivo de contribuir para a proteção das pessoas e dos aglomerados populacionais.-----

-----Considerando essencial que os municípios, as freguesias, as entidades com responsabilidades na gestão do território e da floresta e as populações conheçam as aldeias e os aglomerados populacionais considerados prioritários no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.-----

-----Remete, assim, um mapa do Concelho de Mortágua que identifica as freguesias prioritárias, e a lista de aldeias e aglomerados populacionais considerados prioritários de maior risco do ICNF, e que são as seguintes:-----

-----Freguesia de Cercosa: aldeias de - Cercosa, Alcordal, Galhardo.-----

-----Freguesia de Espinho: aldeias de - Quilho, Água Levada, Anceiro, Azival, Ribeira, Painçal, Castanheira, Pomares, Falgaroso da Serra, Santa Cristina, Sobrosa, Soito, Truta de Cima, Vale de Carneiro, Vale de Vide, Vale de Mouro, Vila Boa e Vila Meã da Serra.-----

-----Freguesia de Pala: aldeias de - Pala, Carvalhal, Eirigo, Laceiras, , Macieira, Monte de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Lobos, Ortigosa, Palinha, Paredes, Palheiros de Cima, Palheiros de Baixo, Sernadas, e Vila Pouca.-----

-----Freguesia de Trezoi: aldeias de - Trezoi, Meligioso, Cerdeira, Cerdeirinha Sula, Moura e Vale de Ovelha.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

11.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

11.1.1.-Aquisição de terrenos para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 2/04/2014 a Câmara Municipal concedeu poderes ao Presidente da Câmara para desenvolver as diligências necessárias com vista à aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução das obras de ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, conforme Plano de Pormenor aprovado na sessão ordinária de 30/12/2010 da Assembleia Municipal de Mortágua e tornado público pelo Aviso 4620/2011, publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 32, de 15 de fevereiro.-----

-----Para possibilitar a obra de ampliação será necessário adquirir a Eduardo Manuel Amaral uma parcelas de terreno com a área de 747 m², situado em Lameira, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 8371, com as confrontações: Norte – Joaquim Ferreira Rosa; Sul — Celso Sousa Castanheira; Nascente – Estrada; poente – Alexandre Cancela de Abreu.-----

-----Tendo em vista a sua aquisição por via do direito privado que constitui a fase pré-expropriativa conforme se estabelece no artigo 11º. do Código das Expropriações foi elaborado Relatório de Avaliação por Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação de Coimbra, aprovado em Reunião de Câmara de 05/11/2014, que estabeleceu o valor de um euro e cinquenta cêntimos (1,50 €) o metro quadrado.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara em reunião de 5/08/2015 deliberou, face ao valor metro quadrado pago (3,00€) pelos terrenos confinantes destinados ao mesmo fim, solicitar novo Relatório de Avaliação dos terrenos abrangidos pelo Plano de Pormenor ao Perito da Lista Oficial de Tribunal da Relação de Coimbra, tendo deste modo sido aprovado na Reunião de Câmara de 2/09/2015 novo Relatório de Avaliação dos Terrenos que integram a área do Plano de Pormenor.-----

-----Deste modo no seguimento da negociação efetuada com o proprietário acima identificado por via do direito privado em conformidade com o disposto no artigo 11º. do Código das Expropriações aprovado pelo Decreto- Lei nº. 168/99, de 18 de setembro, foi celebrado um acordo de compra e venda da referida parcela de terreno pelo valor de três euros (3,00€) o metro quadrado.-----

-----Assim, proponho que a Câmara, ao abrigo da alínea g) do nº. 1 do artigo 33º. da Lei das nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibere adquirir ao proprietário Eduardo Manuel Amaral a parcela de terreno acima identificada pelo valor de três euros (3,00€), o metro quadrado, perfazendo o valor total de dois mil duzentos e quarenta e um euros (2.241,00 €).-----

-----Que o título da aquisição – escritura pública- seja outorgado junto do Notário, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias.”.-----

-----Mais informou que a aquisição de terrenos para a Ampliação do Parque Industrial se encontra inscrito nas GOP para 2018, no objetivo 08 – Desenvolvimento Económico, Programa 003- Expansão da Zona Industrial, Projeto 2014/25 Aquisição de Terrenos e cabimentado na rubrica orçamental 07 0101 – Aquisição de Terrenos, tendo sido efetuado o respetivo compromisso no orçamento com o número sequencial 20563.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade adquirir ao proprietário Eduardo Manuel Amaral a parcela de terreno acima identificada pelo valor de três euros (3,00€), o metro quadrado, perfazendo o valor total de dois mil duzentos e quarenta e um euros (2.241,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.1.1.1.-Hasta Pública para Venda da Parcela 44 do Plano Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para aprovação o Regulamento da Hasta Pública para Venda da Parcela de Terreno nº. 44 do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Ferreira, de propriedade do Município, sito na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e que se encontra inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 16991, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o número 2843, da freguesia de Mortágua, com a área de 22.435 m2, e preço base de licitação de setenta e um mil setecentos e noventa e um euros (71.791,00 €), conforme relatório de avaliação efetuado por perito avaliador registado na CMVM – PAI com o nº. 2015/0164.-----

-----O Senhor Presidente mais propôs, para efeitos do cumprimento do nº. 3 do artigo 10º. do Regulamento da Hasta Pública para venda da parcela de terreno nº. 44 do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, que a Comissão da Hasta Pública seja constituída por:-----

-----Presidente -- Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador e Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão;-----

-----Suplentes: Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior e Engº. Luís Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar à abertura do procedimento da Hasta Pública para a Venda da Parcela de Terreno nº. 44 do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, o Regulamento e a constituição da Comissão da Hasta Pública.-----

11.2.-DESENVOLVIMENTO AGRO-FLORESTAL:-----

11.2.1.-ExpoMortágua 2018:-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que o Município está a organizar a ação EXPO-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

MORTÁGUA 2018, a realizar nos dias 25 a 27 de maio, e que o respetivo Programa integra uma Feira de Caris Industrial; Fun Science – Ciência Divertida, no âmbito do Ensino Investigação e Desenvolvimento; Fórum Florestal; Ciclo de Conferências sobre Floresta, Ambiente e Alterações Climáticas; Trail Runing e Caminhada – Trilhos da Floresta; Maratona BTT de Mortágua, Programa de televisão “Aqui Portugal” da RTP; Concertos e Festival de Folclore, cujo orçamento global ascende a oitenta e quatro mil euros (84.000,00€), fazendo o convite a todos os membros do Executivo para estarem presentes.-----

-----A Câmara tomou conhecimento, e deliberou por unanimidade aprovar a realização da ação EXPOMORTÁGUA 2018 e o Programa.-----

-----Os respetivos procedimentos para adjudicação das prestações de serviços no âmbito do Código da Contratação Pública serão desenvolvidos no uso da competência própria do Presidente da Câmara.-----

11.3.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL – Apoio a Atividades e Protocolos de Cooperação:-----

11.3.1.-Protocolo de Cooperação IEBA – Candidatura POISE – 1.08 Formação modular pra empregados e desempregados:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o e:mail do IEBA, datado de 28/03/2018, através do qual dá conhecimento que pretende apresentar uma candidatura ao POISE – 1.08 – Formação modular para empregados e desempregados, que tem como objetivo central, promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores, considerando pertinente a celebração de Protocolo de Cooperação com o Município no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional a funcionar no Ninho de Empresas no sentido de estabelecer uma atuação conjunta visando o objetivo de possibilitar a conclusão do ensino básico e/ou secundário ou desenvolvimento de competências de forma a potenciar a (re)inserção no mercado de trabalhos.-----

-----Dado que é atualmente a única entidade formadora certificada no Concelho de Mortágua e que a aprovação do plano de formação a candidatar no âmbito do POISE, permitirá localmente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o acesso a um leque diversificado de oferta formativa, pela população ativa empregada e desempregada do Concelho de Mortágua e da Região, nomeadamente, ao nível da Formação Modular Certificada (Unidade de Curta Duração), remete minuta de protocolo a celebrar .-----

-----Sobre o assunto foi presente a informação da Técnica Responsável pelo Ninho de Empresas, datada de 29/03/2018, que a seguir se transcreve:-----

-----“ Assunto: Protocolo de Cooperação IEBA – Candidatura POISE – 1.08 Formação Modular para empregados e desempregados.-----

-----Na sequência do pedido efetuado pelo IEBA no e-mail que se anexa, informo que considero pertinente a assinatura do referido Protocolo de Cooperação com o IEBA no âmbito a formação modular, uma vez que o IEBA é atualmente a única entidade formadora certificada no Concelho de Mortágua e que a aprovação do plano de formação a candidatar no âmbito do POISE, permitirá localmente o acesso a um leque diversificado de oferta formativa, pela população ativa empregada e desempregada do Concelho de Mortágua e da Região, nomeadamente , ao nível da Formação Modular Certificada (Unidade de Curta Duração).-----

-----A existência desta oferta formativa a nível local e num contexto de proximidade, permitirá a complementaridade, por exemplo, com os Centros de Qualifica da Região (ex^a. do Centro Qualifica do Centro de Formação Profissional de Coimbra ou Centro Qualifica da Escola Profissional de Tondela) para conclusão e certificação do nível secundário de educação de cursos extintos, regulamentados pelo Decreto – Lei nº. 357/2007, de 29 de outubro.-----

-----Refira-se que nos termos deste Decreto – Lei, uma das vias de conclusão do nível secundário de cursos extintos se concretiza através da realização de módulos de formação correspondentes Referenciais de Formação inscritos no Catálogo Nacional de Qualificações.---

-----Para além desta questão, a existência desta oferta formativa permitirá também o acesso à população ativa empregada, e num contexto de proximidade, à realização de UFCD's pertinentes para a formação contínua permanente e para a aprendizagem ao longo da vida, que o mercado de trabalho atual cada vez mais exige.-----

-----Pelo exposto, anexo o referido Protocolo devidamente preenchido e coloco o assunto à



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

consideração de V. Ex^a.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar celebrar o Protocolo com o IEBA.-----

12.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

12.1.-REDE VIÁRIA MUNICIPAL:-----

12.1.1.-Concurso Público para Adjudicação da Empreitada de Execução da Rotunda do Barril – EN 234:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, em que informa que se torna necessário, nos termos do Acordo celebrada com a Infraestruturas de Portugal, SA, proceder à abertura de concurso público para adjudicação da empreitada de Construção da Rotunda do Nó do Barril – EN 234/EN 228 cujo valor total cento e noventa e três mil cento e dezasseis euros e noventa e três cêntimos (193.116,93 €), e o prazo de execução de cento e vinte (120) dias, juntando para o efeito os documentos necessários.-----

-----Assim o Senhor Presidente propôs:-----

-----1.-A abertura do respetivo procedimento através, de um Concurso Público, efetuado de acordo com a alínea b), do artigo 19.º, cujo trâmite seguirá nos termos do artigo 130.º e seguintes, do Decreto- Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e posteriores alterações para adjudicação da empreitada de execução da Rotunda do nó do Barril – EN 234/EN 228 nos termos definidos no Processo de Concurso composto pelo Programa de Procedimento, Anúncio e Caderno de Encargos.-----

-----2.-A aprovação do Anúncio, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----3.-A aprovação do Júri composto pelos seguintes elementos:-----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador;-----

-----Vogais: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão; Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Suplente: Dr^a. Sandrine Bento Matos, Técnica Superior; Eng^o. Arnaldo Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão.-----

-----Contudo, e atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito do presente procedimento, propôs que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, eventualmente apresentadas no decurso da apresentação das propostas, ou à competente prorrogação do prazo de apresentação das propostas que se venha a verificar, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----3.-Prazo de Execução da Empreitada: 120 dias seguidos (incluindo sábados, domingos e feriados).-----

-----4.-Valor base da empreitada: O custo com a presente empreitada estima-se, de acordo com os trabalhos a executar, no valor global de cento e noventa e três mil cento e dezasseis euros e noventa e três cêntimos (193.116,93 €), acrescido de IVA.-----

-----O preço base do procedimento será previamente cabimentado na rubrica do Plano Plurianual de Investimento – 09 001, Rede Viária Municipal, Projeto 2014/32 – Rotunda do Barril – EN 234, e Rubrica Orçamental 07010408.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

13.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

13.1.-RATIFICAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE PARA “REQUALIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ÁGUA AFETADAS PELOS INCÊNDIOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Minuta de Protocolo a celebrar, no dia 19 do corrente mês, com a APA- Agencia Portuguesa do Ambiente (IP) e o Município de Mortágua para a Requalificação das Linhas de Água afetadas pelos Incêndios de 2017, que se dá aqui por integralmente reproduzido e que fica apenso à presente ata.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Protocolo visa regular os termos e as condições de natureza operacional a promover entre Agência Portuguesa do Ambiente (IP) e o Município de Mortágua, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº.11-A/2018, de 7/2, ou seja a Requalificação das Linhas de Água afetadas pelos Incêndios de 2017.-----

-----De acordo com a cláusula 6ª. os encargos resultantes da execução do Protocolo são suportados pela APA até ao montante de cento e dez mil euros (110.000,00 €), a transferir para o Município.-----

-----Considerando a urgência na aprovação da Minuta do Protocolo, conforme e-mail enviado em 6/04/2018, pela APA, procedeu o Senhor Presidente à aprovação da mesma, para posterior ratificação em Reunião de Câmara.-----

-----Assim, nos termos da alínea a) do nº.1 e 3 do artº. 35º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro propôs que a Câmara Municipal delibera-se ratificar o seu ato de aprovação da Minuta de Protocolo a celebrar com a APA- Agência Portuguesa do Ambiente (IP) e o Município de Mortágua para a Requalificação das Linhas de Água afetadas pelos Incêndios de 2017.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o ato do Senhor Presidente de aprovação da Minuta de Protocolo a celebrar com a APA- Agência Portuguesa do Ambiente (IP) e o Município de Mortágua para a Requalificação das Linhas de Água afetadas pelos Incêndios de 2017.-----

14.-ADMINISTRAÇÃO:-----

14.1-DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO) RELATIVOS AO ANO DE 2017:-----

-----Nos termos da alínea i) do número 1 do artº. 33º. da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foram presentes os documentos de prestação de contas relativos ao período que decorreu entre um de Janeiro e trinta e um de Dezembro de 2017, e que constam de Balanço, Demonstração



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão.-----

-----Foi também presente o respetivo Parecer do Auditor Externo bem como a Certificação Legal de Contas de 2017 emitido nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

-----Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam no **Movimento Orçamental**:-----

-----Saldo da Gerência Anterior – quatro milhões trezentos e quatro mil e sessenta e oito euros e quarenta e um centimos (4.304.068,41 €);-----

-----Receita – nove milhões e um mil oitocentos e trinta e cinco euros e quinze centimos (9.001.835,15 €);-----

-----Despesa – dez milhões cento e sessenta e sete mil quinhentos e dezasseis euros e sessenta centimos (10.167.516,60 €);-----

-----Saldo para a Gerência seguinte – três milhões cento e trinta e oito mil trezentos e sessenta e oito euros e noventa e seis centimos (3.138.368,96 €);-----

-----Em **Operações de Tesouraria** registou-se:-----

-----Saldo da Gerência Anterior – quarenta e três mil e sessenta e quatro euros e oitenta e um centimos (43.064,81 €);-----

-----Entrada – quatrocentos e cinquenta e oito mil oitocentos e vinte euros e sessenta e dois centimos (458.820,62 €);-----

-----Saída – quatrocentos e sessenta e quatro mil cento e cinquenta e três euros e seis centimos (464.153,06 €);-----

-----Saldo para a Gerência seguinte – trinta e sete mil setecentos e trinta e dois euros e trinta e sete centimos (37.732,37 €);-----

----- **Demonstração de Resultados** verificou-se:-----

-----Custos – nove milhões quinhentos e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e quatro euros e vinte e quatro centimos (9.546.644,24 €);-----

-----Proveitos – nove milhões setecentos e dez mil seiscentos e cinquenta e seis euros e cinco



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

cêntimos (9.710.656,05 €);-----

-----**Resultado líquido do exercício** de duzentos e sete mil novecentos e trinta e oito euros e vinte e sete cêntimos (207.938,27 €) a incorporar na conta 59 de resultados transitados e a sua distribuição posterior da seguinte forma e de acordo com o ponto 2.7.3.4 e 5 do Decreto – Lei número 59-A/99, de 22 de fevereiro:-----

-----Conta 571 – Reservas Legais – oito mil e duzentos euros e cinquenta e nove cêntimos (8.200,59 €);-----

-----Conta 51 – Património – cento e cinquenta e cinco mil oitocentos e onze euros e vinte e dois cêntimos (155.811,22 €).-----

-----Depois de analisados os documentos, foi deliberado, por maioria com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, eleitos pelo PS, aprová-los bem como a proposta de Aplicação de Resultados constante no Relatório de Gestão.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter os mesmos à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de abril nos termos e para efeitos da alínea l), do número 2, do artigo 25º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Os Vereadores Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, eleitos pelo PS, apresentaram uma declaração de fundamentação do seu voto nos documentos de prestação de Contas faz parte integrante da presente ata e que a seguir se transcreve:-----

-----“Declaração de Voto:-----

-----Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2017:-----

-----Da análise económica e financeira resulta a constatação de piores resultados operacionais, piores resultados financeiros e piores resultados líquidos, relativamente aos resultados operacionais, que traduzem a atividade operacional da Câmara, verificou-se um agravamento superior ao dobro sendo ainda mais negativos que em 2016 (-264.303,86 €).-----

-----Verificamos também um aumento considerável das dívidas a terceiros de curto prazo-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(fornecedores e empreiteiros), cerca de 23,91%, que conjugada com a diminuição de 27,00% dos episódios bancários e caixa (-1.171.000,00 €) indicam claramente uma degradação da situação financeira do Município.-----

-----Registamos mais uma vez, a exemplo do que aconteceu nos últimos exercícios um acréscimo de cerca de 10,00 %no valor dos fornecimentos e serviços externos, reveladores da falta de contenção nas despesas correntes e de funcionamento dos equipamentos, a este facto também não será alheio a quantidade de avenças e assessoria existentes na Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Ao nível orçamental, regista-se um grau de execução de receitas inferior ao do exercício de 2016, resultado da incapacidade patente de arrecadação de fundos comunitários e na gestão dos processos de candidaturas.-----

-----Também nos preocupa a evolução dos compromissos plurianuais assumidos, que no final de 2017 representavam 4.604.891,10 €, valor que pela primeira vez na história financeira do Município de Mortágua ultrapassa claramente o saldo de gerência.-----

-----Assim, sem prejuízo de uma análise mais profunda em Assembleia Municipal, constatamos que se verificou uma degradação significativa da situação financeira do Município e um menor desempenho em todos os principais indicadores orçamentais.-----

-----Concluem assim os Vereadores do Partidos Socialista que os sinais e as evidências são preocupantes e reveladores do tipo de gestão municipal pelo executivo PSD e que urge planejar, controlar as despesas correntes e tomar decisões de investimento com base em estudos, e projetos devidamente maturados e coerentes.-----

-----Decorrente da análise efetuada e não deixando de registar alguns alertas que nos preocupam, os Vereadores do Partidos Socialista abstêm-se na votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2017.-----

-----Mortágua, 18 de abril de 2018, Os Vereadores do Partido Socialista.”-----

-----De seguida O Senhor Presidente da Câmara fez a seguinte declaração: "O Presidente da Câmara e os Vereadores eleitos pelo PPD/PSD não partilham as posições derrotistas do PS e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

demonstração disso são os resultados disso são os resultados do saldo da gerência anterior no montante de 4.304.068,41€, que vão servir para alavancar as obras a executar em 2018.-----

-----Refere ainda que a diminuição da execução da receita de capita não atingiu os valores inicialmente previstos por retenção da DGAL do montante de 170.000,00€ e o não recebimento das comparticipações financeiras do Portugal 2020 das obras com candidatura aprovada e já executadas, caso esta situação fosse normalizada os valores da receita ultrapassavam os 100% de execução.-----

-----Este resultado pode tranquilizar os Mortaguenses porque a situação financeira do Município e a capacidade de endividamento aumentou em relação a 2017 inversamente proporcional diminuiu a dívida em 16%.”-----

14.2.-INVENTÁRIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO:-----

-----Nos termos da alínea i) do número 1, do artigo 33º, da Lei número 75/2013, de doze de Setembro, conjugado com o número do 2, do artigo 10º, do Decreto – Lei número 315/2000, de dois de Dezembro, pelo Senhor Presidente foi presente a atualização do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação em trinta e um de dezembro de 2017.

-----A Câmara depois de apreciado o documento, deliberou, por unanimidade aprovar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter o mesmo à apreciação da Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de abril nos termos e para efeitos da alínea l), do número 2, do artigo 25º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

14.3.-MODIFICAÇÃO POR REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018 – 2ª. REVISÃO:-----

-----Considerando a necessidade de dar entrada ao saldo da gerência anterior, pelo Senhor Presidente foi presente, nos termos do ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei nº. 54-A/99, de vinte e dois de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, a proposta de Modificação ao Orçamento de 2018 – Revisão



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

número 2, que apresenta os seguintes valores:-----

-----Saldo da Gerência anterior – três milhões cento e trinta e oito mil trezentos e oitenta e seis euros e noventa e seis cêntimos (3.138,386,96 €);-----

-----Reforço Receita corrente – sessenta e oito mil seiscentos e setenta euros e cinquenta e oito cêntimos (68.670,58 €);-----

-----Reforço de Receita de capital – um milhão quinhentos e treze mil novecentos e trinta e um euros e noventa e seis cêntimos (1.513.931,96 €);-----

-----Reforço de despesas correntes – um milhão seiscentos e quarenta e oito mil novecentos e oitenta e nove euros e cinquenta cêntimos (1.648.989,50 €);-----

-----Reforço das despesas Capital – três milhões e setenta e dois mil euros (3.072.000,00 €);----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou por maioria com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a modificação por revisão ao orçamento de 2018 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, nos termos e para efeitos da alínea a), do nº.1, do artigo 25º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.-

-----Os Vereadores Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, eleitos pelo PS, fundamentaram o seu sentido de voto pelo facto dos documentos não terem estado disponíveis para consulta, não possibilitando assim a sua análise prévia.-----

14.4.-MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2018 – 1ª. REVISÃO:-----

-----Verificando-se a necessidade de inscrever novos Projetos nas Opções do Plano corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei número 54-A/99, de vinte e dois de Fevereiro, a proposta de Modificação às Opções do Plano do corrente ano – Revisão número 1, que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de financiamento definido - quatro milhões cento e sessenta e nove mil



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

quinhentos e cinquenta e cinco euros (4.169.555,00 €);-----

-----Redução do financiamento não definido - dois milhões oitocentos e cinquenta e nove mil euros (2.859.000,00 €).-----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a modificação por revisão às Opções do Plano de 2018 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, nos termos e para efeitos da alínea a), do nº.1, do artigo 25º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.-

-----Os Vereadores Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, eleitos pelo PS, fundamentaram o seu sentido de voto pelo facto dos documentos não terem estado disponíveis para consulta, não possibilitando assim a sua análise prévia.-----

14.5.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – cinco mil euros (5.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,00€);-----

-----Reforço despesas correntes – treze mil euros (13.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – dezoito mil euros (18.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

14.6.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d), do número do 1, do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento definido – cinquenta e cinco mil euros (55.000,00 €);-----

-----Anulação de Financiamento não definido – cinquenta e cinco mil euros (55.000,00 €).----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

14.7.-RELATÓRIO ANUAL DA EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DE 2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas de 2017, acompanhado de uma informação subscrita por Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração, Coordenador Técnico do Núcleo de Contratação Pública e Técnica Superior responsável pela Contabilidade, datada de 16/04/2018, que a seguir se transcreve:-----

-----“A gestão do risco de corrupção é uma atividade que assume um carácter transversal, constituindo uma das grandes preocupações dos diversos Estados e das organizações de âmbito global, regional e local. Revela-se requisito essencial ao funcionamento das organizações e do Estado de Direito Democrático, sendo fundamental nas relações que se estabelecem entre os cidadãos e a Administração, no desenvolvimento das economias e no normal funcionamento das instituições.-----

-----O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei nº. 54/2008, de 4 de setembro, como entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas, desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção de infrações conexas;-----

-----No âmbito da sua atividade, o CPC aprovou uma Recomendação, em 1 de julho de 2009,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, nos termos do qual “Os Órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas”.-----

-----Atentas as recomendações emanadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção procedeu-se à elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGICIC) para o Município de Mortágua, aprovado pelo Executivo em 16/12/2009, que sofreu a sua 1ª revisão e consequente aprovação em 04/02/2015. -----

-----É objetivo deste plano garantir a existência de um maior controlo interno na salvaguarda da retidão da tomada de decisões e constatar se estas decisões se revelam conformes com a lei vigente, com os procedimentos em vigor e com as obrigações contratuais a que a organização está vinculada, nomeadamente no âmbito da prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, conforme decorre do referido plano. -----

-----Assim, e para dar cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, publicada na 2ª. Série de Diário da Republica nº. 140, de 22 de junho de 2009, que passo a transcrever “Os planos e os relatórios de execução referidos no número anterior devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo”, foi elaborado o Relatório da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2017.-----

-----Propõe-se que se submeta à Reunião de Câmara o Relatório da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGICIC) de 2017 para apreciação e respetiva aprovação, para dar cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009.”-----

-----Assim, pelo Senhor Presidente foi presente para aprovação o Relatório de Execução do referido Plano de 2017, que visa refletir os resultados das medidas adotadas, devendo posteriormente ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção e à Inspeção Geral de Finanças, em cumprimento do ponto 1.1. da Recomendação nº. 1/2009 daquele mesmo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Conselho, e à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----A Câmara depois de apreciado, deliberou por unanimidade aprovar o Relatório de Execução do referido Plano de 2017, que visa refletir os resultados das medidas adotadas, devendo ser remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção e à Inspeção – Geral de Finanças, em cumprimento do ponto 1.1. da Recomendação nº. 1/2009 daquele mesmo Conselho, e à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

14.8.-PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MORTÁGUA E A FREGUESIA DA MARMELEIRA PARA APOIO A OBRAS DE BENEFICIAÇÃO GERAL INTERIOR E EXTERIOR DO EDIFÍCIO SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta sobre o assunto em epígrafe:-----

-----“ Considerando:-----

-----O quadro de atribuições dos Municípios e de competências dos órgãos municipais, nomeadamente, no que está consagrado na alínea o) do artigo 33º. do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Que, os recursos financeiros próprios das Juntas de Freguesia não lhes permitem exercer cabalmente as suas competências, ficando muitas vezes, por falta de recursos, os projetos por executar ou adiados; -----

-----Que, a Câmara Municipal, consciente desta falta de recursos tem vindo por diversas formas a apoiar as Juntas de Freguesia; -----

-----Que, a Junta de Freguesia da Marmeleira, pretende executar a obra de beneficiação geral interior e exterior do edifício sede da Junta de Freguesia;-----

-----Que, a Câmara Municipal colabora com a Junta de Freguesia da Marmeleira neste projeto, contribuindo com a prestação do Apoio Técnico necessário e imprescindível à sua execução; --

-----Que, a Junta de Freguesia da Marmeleira, através do ofício refº. FM 01/2018, de 16/04/2018 solicitou à Câmara Municipal o apoio financeiro para a execução das obras, anexando mapa de medições dos trabalhos e orçamentos no montante de 28.631,50 e sem IVA



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

incluído, o que perfaz o montante 30.349,39 € com IVA; -----

-----Que, o procedimento em curso, já se encontra a ser acompanhado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal;-----

-----Que, dada a importância deste projeto para a população da Freguesia da Marmeleira, tendo em conta o fim a que se destina, entende-se assim, concretizar o apoio através da atribuição de um apoio pecuniário.-----

-----Que se encontra inscrito nas Opções do Plano de 2018 no objetivo 11 – Administração, Programa 005 – Juntas de Freguesia, o Projeto 2018/5100 – Apoio a Investimentos.-----

-----Propõe-se, à Câmara Municipal de Mortágua que, ao abrigo da alínea o) do artº. 33º. do anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, aprove a comparticipação financeira no valor total de 30.000,00 €, para apoio à execução da obra de beneficiação geral interior e exterior do edifício sede da Junta de Freguesia, nas condições previstas na minuta de protocolo anexo à presente proposta, e a celebrar com a Freguesia da Marmeleira de acordo com nº.1 do artº. 4º. conjugado com a alínea f) do nº.1 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Caso a presente proposta, mereça aprovação pela Câmara Municipal de Mortágua, deverá a mesma ser presente á Assembleia Municipal para efeitos da alínea j) do nº. 1 do artº.25º. do anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta e de acordo com o nº. 1, alínea ccc) do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, remeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo da alínea j), do número um do artigo 25º., do mesmo diploma legal.-----

14.9. -CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA (Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto):-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----Os Conselhos Municipais de Segurança foram criados pela Lei nº. 33/98, de 18 de julho, alterada e republicada pela Lei nº.106/2015, de 25 de agosto, sendo estes presididos pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Presidente da Câmara, conforme dispõe o nº 2 do artigo 5º. da mesma Lei .-----

-----Tendo-se iniciado a 20 de Outubro de 2017 o mandato autárquico para o quadriénio de 2017 –2021, solicitou, em cumprimento do nº. 1, do artigo 8º. da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto), às Instituições que, conforme dispõe o artigo 5º. da referida Lei, conjugada com o artigo 15º. do Regimento do Conselho Municipal de Segurança, integram aquele Conselho que indicassem os respetivos representantes no mesmo.-----

-----De acordo com artigo 9º. da citada Lei os Membros do Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal.-----

-----Assim, e depois de cumpridas todas as formalidades legais, propôs que a Câmara solicite à Assembleia Municipal para que nos termos do artigo 9º. da referida lei proceda à tomada de posse, na próxima sessão ordinária da Assembleia, dos membros abaixo designados que compõem o Conselho Municipal segurança para o presente mandato autárquico:-----

-----ENGº. JOSÉ JÚLIO HENRIQUES NORTE, Presidente Câmara Municipal Mortágua;-----

-----DR. ACÁCIO FONSECA FERNANDES, Presidente Assembleia Municipal Mortágua;---

-----VICTOR MANUEL ROSA PINA, Presidente da União de Freguesia Mortágua, V. Remígio, Cortegaça e Almaça, eleito pela Assembleia Municipal;-----

-----JOSÉ MANUEL LOPES MIDÕES, Presidente Junta Freguesia da Marmeleira, eleito pela Assembleia Municipal;-----

-----JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS SILVA, Presidente Junta de Freguesia de Espinho, eleito pela Assembleia Municipal;-----

-----ERNESTO GOMES PEREIRA, Presidente Junta Freguesia de Trezoi, eleito pela Assembleia Municipal;-----

----- DR. VITOR MANUEL DA FONSECA FERNANDES, Representante da Santa Casa Misericórdia Mortágua;-----

-----LUIS CARLOS COELHO MACIEIRA, Comandante do Posto Territorial da GNR de Mortágua;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----LUIS FILIPE MARTINS RODRIGUES, Comandante Bombeiros Voluntários Mortágua;--

-----DR. ANTÓNIO MANUEL MESQUITA REIMÃO, Procurador Adjunto na IL de Santa Comba Dão;-----

-----DR^a. PATRICIA MONTEIRO, representante do Centro de Respostas Integradas de Viseu;--

-----DR^a. DORA ISABEL PIRES MARTINS, representante do ISS – Centro Distrital de Viseu;-----

-----ENG^o. EURICO JOSÉ LOBO TOMÁS, representante do Centro BALMAR;-----

-----DR. VITOR MANUEL DA FONSECA FERNANDES, representante da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua;-----

-----DAVID JOÃO DE OLIVEIRA GOMES, representante da ACIBA – Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguieira.-----

-----DR.^a. ANA MAFALDA PARDAL MARQUES VICENTE; DR.^a CÉLIA MONTEIRO SANTOS ABREU CONCEIÇÃO; GUALTER ÂNGELO MENDES; JORGE PAULO SIMÕES GOMES; JOSÉ LUIS DOS REMÉDIOS SARAIVA; LAURINDO VIEIRA MARQUES; DR. ÓSCAR MIGUEL SEABRA GOMES; DR^a. TERESA MARGARIDA BORGES GAUDÊNCIO, cidadãos designados pela Assembleia Municipal nos termos da alínea k), do artigo 15^o. do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

14.10.-PROGRAMA DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO MUNICÍPIO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Programa previsto para assinalar o Dia do Município, a 10 de maio próximo:-----

----14h30 | CACM - CENTRO DE ANIMAÇÃO CULTURAL DE MORTÁGUA SESSÃO SOLENE DO DIA DO MUNICÍPIO:-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Acácio Fonseca Fernandes;-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng^o. José Júlio Henriques Norte;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Intervenção Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Carlos Manuel Soares Miguel;-----

-----Entrega de Medalhas de Ouro Bons Serviços a Funcionários do Município;-----

-----Entrega de Medalhas de Ouro de Mérito Municipal a Empresas do Concelho;-----

-----O Senhor Presidente informou que as despesas das atividades do programa serão autorizadas no âmbito das suas competências próprias, e convidou todos os membros do Executivo a estarem presentes.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o programa proposto de comemoração do Dia do Município.-----

14.11.-ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MORTÁGUA – Distinção pelos serviços prestados:-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara distinga em cerimónia pública com a atribuição de um diploma todos os elementos do Corpo Ativo e Direção dos Bombeiros Voluntários de Mortágua como reconhecimento da sua dedicação, empenho e espírito de missão, pelos relevantes serviços prestados às populações e ao Concelho de Mortágua.-----

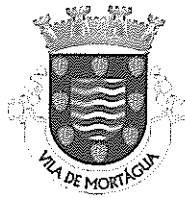
-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-----

14.12.-PROCESSO 137/18 - OBEAVR – Autor: Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A.; Réu: Município de Mortágua: PROPOSTA DE ACORDO - Empreitada da Ex E.N. 228 no Troço do Alto da Felgueira ao Limite do Concelho e Empreitada da Construção de Rotunda no Cruzamento da Ex E.N. para a Felgueira:-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista, no seguimento do pedido de agendamento na Ordem de Trabalhos da Reunião do assunto em epígrafe, apresentaram a proposta que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----**Processo 137/18 – OBEAVR – Autor: Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, Lda; Réu: Município de Mortágua**-----

-----Na sequência da proposta de acordo apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião de 21 de Março de 2018 e das dúvidas que a mesma suscitou, na semana seguinte/aquela



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

reunião os vereadores do Partido Socialista efetuaram uma consulta aos processos administrativos das empreitadas - Empreitada da Ex E.N. 228 no Troço do Alto da Felgueira ao Limite do Concelho e Empreitada de Construção de Rotunda no Cruzamento da Ex E.N. 228 para a Felgueira, estranhamente, daqueles dois processos administrativos e do processo 137/18 – OBEAVR constam informações e factos importantes para a tomada de decisão, que não integram a proposta apresentada.-----

-----De tais factos não foi dado o conhecimento devido à Câmara para uma tomada de decisão em consciência e em conformidade com a legalidade.-----

-----A proposta de acordo apresentada na reunião de 21 de Março, dá a entender que 57.845,11€ de trabalhos a mais, supostamente executados, diriam apenas respeito à empreitada da Ex E.N. 228 no Troço do Alto da Felgueira ao Limite do Concelho.-----

-----Alegadamente tal facto não corresponde à realidade, dos processos de empreitada, dos livros de obra e no processo 137/18 – OBEAVR constam informações e medições de trabalhos a mais, ordenados pelo Sr. Presidente da Câmara, que totalizariam nos termos da proposta de acordo os 57.845,11€, sendo supostamente 22.455,02€ referentes a trabalhos a mais na Empreitada da Ex E.N. 228 no Troço do Alto da Felgueira ao Limite do Concelho e 32.115,84€ trabalhos a mais na Empreitada de Construção de Rotunda no Cruzamento da Ex E.N. 228 para a Felgueira, não correspondendo no entanto estas duas parcelas à totalidade dos trabalhos a mais reclamados.-----

-----Os vereadores do Partido Socialista não questionam a execução, ou não, de trabalhos a mais, estes são um facto, e de acordo com a informação constante dos processos ninguém terá duvida que houve execução de trabalhos a mais e quem os mandou executar, importa sim, clarificar e quantificar que trabalhos a mais foram executados e a qual das empreitadas dizem respeito.-----

-----A aprovação da execução e a ordem de execução dos citados trabalhos a mais da Empreitada da Ex E.N. 228 no Troço do Alto da Felgueira ao Limite do Concelho, tratando-se de um concurso público, teria que ter ocorrido obrigatoriamente, de acordo com o Código de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Contratação Pública, à data de Novembro 2013 e seria da competência da Câmara e não do Presidente, o que àquela data não se verificou.-----

-----Por outro lado, caso venha a resultar provada a efetiva existência de trabalhos a mais na Empreitada de Construção de Rotunda no Cruzamento da Ex E.N. 228 para a Felgueira, como se depreende das medições apresentadas pelo empreiteiro, estamos na presença de clara violação ao Código de Contratação Pública, visto que se trata de um procedimento de ajuste direto.-----

-----Registe-se que à data de hoje é tecnicamente possível efetuar medições no terreno que permitiriam objetivamente esclarecer o que foi ou não executado e onde foi executado.-----

-----Deveriam ter sido presentes a este órgão, na reunião de 21 de Março, mapas de medição e informações técnicas devidamente fundamentadas, que permitissem uma tomada de decisão em consciência e em conformidade com a legalidade.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista entendem que a Câmara ao deliberar aprovar o acordo proposto na reunião de 21 de Março não legitima o pagamento dos trabalhos a mais alegadamente executados, nem repõe a legalidade da ordem de execução dos mesmos.-----

-----A posição dos Vereadores do Partido Socialista, na reunião de 21 de Março, foi determinada por absoluta falta de informação devida para a tomada de decisão, face aos elementos posteriormente recolhidos, o sentido de voto aquela data seria voto contra.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista, face ao exposto, declinam qualquer responsabilidade que da execução do mesmo acordo venha a decorrer.-----

-----Assim, propõem que a Câmara delibere revogar a deliberação de aprovação do acordo com a empresa Prioridade, Lda, tomada na reunião de 21 de Março.-----

-----Mais propõem que seja devidamente preparado um processo de defesa e que o Tribunal julgue esta matéria, será esta porventura, a única forma legal da Câmara proceder ao pagamento ao empreiteiro dos trabalhos a mais que se venham a confirmar como executados.-

-----Mortágua, 18 de Abril de 2018. Os Vereadores do Partido Socialista”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----De seguida o Senhor Presidente deu conhecimento da informação do assessor jurídico do Município, sobre o assunto em epígrafe, datada de 18/04/2018, e que se transcreve:-----

-----“Assunto: Processo nº. 137/18 OBEAVR, Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, movido por Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A.;-----

-----Informação: Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A. intentou ação administrativa contra o Município de Mortágua, pedindo a condenação deste ao pagamento da quantia de € 57.845,11 a título de responsabilidade contratual ou, subsidiariamente, ao pagamento dessa quantia a título de enriquecimento sem causa.-----

-----Tais pedidos diziam respeito aos trabalhos a mais, alegadamente, executados pela empresa no âmbito da empreitada de *“Construção de Rotunda no Cruzamento da ex EN 228 para Felgueira”* e da empreitada de *“Beneficiação da ex EN 228 do Alto da Felgueira ao Limite do Concelho e da EM 591 de Cercosa ao Limite do Concelho”*.-----

-----A ação administrativa foi objeto de desistência do pedido, através de requerimento apresentado pela autora “Prioridade – Construções de Vias de Comunicação, Lda.”, tendo sido proferida sentença, no âmbito desse processo, que julgou válida e relevante tal desistência e a homologou, extinguindo a instância quanto aos pedidos formulados pela autora.-----

-----Haverá que definir qual o alcance da sentença proferida no âmbito da ação administrativa em análise.-----

-----Assim, dispõe o artigo 277º. do CPC, que a instância se extingue com a desistência, a confissão ou a transação.-----

-----E refere o artigo 283º. n.º 1, do CPC, que *«o autor pode, sem qualquer altura, desistir de todo o pedido ou de parte dele....»*, sendo que essa «desistência do pedido», nos termos do artigo 290.º n.º 1, do mesmo Código, pode fazer-se *«... por documento autêntico ou particular sem prejuízo das exigências de forma da lei substantiva, ou por termo no processo»*.-----

-----A desistência do pedido extingue o direito que se pretendia fazer valer, constituindo uma causa de extinção da instância – artigos 277.º, alínea d), e 285.º, n.º1 do CPC. deste modo, a sentença homologatória da desistência do pedido, tem como consequência a solução do litígio.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que fica, definitivamente, resolvido, constituindo caso julgado sobre a matéria peticionada na ação.-----

-----Tendo a firma Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A. desistido do pedido na ação, com homologação judicial, criou com tal atitude uma situação de caso jugado, oponível a qualquer outra ação posterior com os mesmos sujeitos, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.-----

-----Pois que a desistência do pedido, ao invés da desistência da instância, não produziu efeitos apenas no âmbito do processo em análise, uma vez que, nos termos do art.º 285.º n.º1 do CPC a desistência do pedido extinguiu, também, o direito que se pretendia fazer valer.-----

-----Deste modo, tendo a empresa Prioridade, S.A. desistido dos pedidos formulados na ação administrativa em referência, homologada por sentença, já transitada em julgado, tal facto impede a repetição da causa, isto é, que aquela empresa mova ação com teor idêntico à ação administrativa intentada contra o Município de Mortágua, no que diz respeito aos sujeitos, (se as partes forem as mesmas sob o ponto de vista da sua qualidade jurídica) ao pedido (se numa causa se pretender obter o mesmo efeito jurídico) e à causa de pedir (se a pretensão deduzida nas duas ações proceder do mesmo facto jurídico).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos contra do Presidente, Engº. José Júlio Henriques Norte, e dos Vereadores do PPD/PSD, Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos, não aprovar a proposta apresentada pelos Vereadores do PS, fazendo a seguinte declaração de voto:-----

-----“ Os Vereadores e o Presidente da Câmara do PPD/PSD votaram contra a proposta apresentada pelos Vereadores PS uma vez que a ação administrativa apresentada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, foi objeto de desistência do pedido, através de requerimento apresentado pela autora “Prioridade, SA”, tendo sido proferida sentença, no âmbito desse processo, que julgou válida e relevante tal desistência e a homologou, extinguindo a instância quanto aos pedidos formulados.-----

-----De acordo com a informação do assessor jurídico do município a desistência do pedido



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

extingue o direito que se pretendia fazer valer, constituindo uma causa de extinção da instância – artigos 277.º, alínea d), e 285.º, n.º1 do CPC. deste modo, a sentença homologatória da desistência do pedido, tem como consequência a solução do litígio, que fica, definitivamente, resolvido, constituindo caso julgado sobre a matéria peticionada na ação .-----

-----Esta desistência da Prioridade só comprova que a posição anteriormente tomada pela Câmara de não aceitar a proposta de trabalhos a mais referente à Rotunda, tinha toda a razão de ser e os trabalhos em causa não tinham sido executados como ficou comprovado pela decisão da sentença do Tribunal”.-----

14.13.-REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS:-----

-----Foi presente a seguinte proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista:-----

-----“Regulamento para atribuição de Medalhas – Artº. 9º. Medalhas de Mérito Municipal:-----

-----Considerando as dúvidas existentes e as questões havidas relativamente à interpretação do artº. 9º. do Regulamento para atribuição de Medalhas, nomeadamente à aprovação maioritária dos membros em efetividade de funções na Assembleia Municipal.-----

-----Considerando que compete à Câmara Municipal mediante deliberação da Câmara nos termos do artº. 16º. do regulamento resolver os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do mesmo.-----

-----Considerando que a Comissão de Coordenação da Região Centro emitiu parecer sobre a matéria, no sentido de se considerarem aprovadas as propostas de atribuição de Medalhas de Mérito Municipal que obtenham aprovação maioritária dos membros com direito a voto na Assembleia Municipal, ou seja, pelo menos 12 votos a favor, considerando a constituição atual de 15 membros e 7 Presidentes de Junta.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista propõem que a Câmara delibere clarificar a interpretação do artº. 9º. do Regulamento para atribuição de Medalhas, acolhendo o parecer emanado pela CCDRC que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

-----Mais propõem que desta deliberação seja dado conhecimento à Assembleia Municipal, para que a mesma seja tida em conta na votação das propostas de atribuição de Medalhas de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mérito Municipal a apreciar na próxima Assembleia Municipal Ordinária de 26 de Abri.-----

-----Mortágua, 18 de Abril de 2018."-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

15.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

15.1.-REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA – Designação de representante na vistoria às condições de implantação exploração, em Lameiro, Espinho:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência Processo nº. 017162/01/2011, de 21/03/2018, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, através do qual informa que, de acordo com o estabelecido no nº. 1 do artº. 41º. Do DL nº.8172013, de 14 de junho, diploma que aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária (NREAP), as atividades pecuária das classes 1 e 2 estão sujeitas a reexame global das respetivas condições de implantação exploração, após terem decorrido 7 anos contados a partir da data da emissão da licença ou do título de exploração, ou da última atualização dos mesmos.-----

-----Assim, encontrando-se em atividade pecuária na situação acima descrita a exploração cujo titular é Irene Jesus Duarte Silva, localizada em Lameiro, Espinho, Mortágua, e que irá proceder ao referido reexame, em vistoria a efetuar no dia 20/06/2018, solicita a indicação do representante da Câmara para estar presente naquela vistoria.-----

-----A Camara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade indicar a Veterinária Municipal.-----

15.2.-PROCESSO Nº. 01.2017/206, REQUERIDO PELA ALVES BANDEIRA & Cª.S.A.. PARA A INSTALAÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VENDA, NA EN 228 – BARRIL – UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício da Direção Geral de Energia e Geologia, referencia Processo 0062/18/41, datado de 07/03/2018, através do qual remete um exemplar do projeto da instalação de armazenagem de produtos derivados de petróleo, Posto de Abastecimento de Combustíveis Líquidos para Venda, sito na Estrada Nacional 228 ao km



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

75/7000 – Lugar de Vale, na localidade do Barril, Freguesia de Mortágua, Concelho de Mortágua, sendo requerente Alves Bandeira & Companhia, S.A., a fim de ser emitido o respetivo parecer, nos termos previstos nos nº.1 e 2 do artº. 9º. do Decreto – Lei nº. 267/2002, de 26 de novembro, republicado pelo Decreto – Lei nº. 217/2012, de 9 de outubro.-----

-----Sobre o assunto o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território emitiu em 21/03/2018 o seguinte Parecer Técnico:-----

-----“ A análise do processo permite concluir o seguinte:-----

-----. Trata-se de uma instalação de abastecimento de combustíveis – Posto de Abastecimento definido na alínea h) do artigo 3º. do DL nº. 267/2002 alterado pelo DL nº.217/2012 de 9 de outubro;-----

-----. O licenciamento dos postos de combustíveis localizados nas redes viária regionais e nacionais, como é o caso presente – EN 228, e da competência da DRE – Direção Geral de Energia, de acordo com a alínea a), do nº.3, do artigo 6º. do DL nº.217/2012;-----

-----. O processo de licenciamento decorre nos termos do artigo 7º. com a apresentação do pedido de licenciamento à entidade competente –DRE, a qual procederá à consulta a outras entidades externas, competentes para o efeito;-----

-----.O licenciamento municipal (RJUE);-----

-----. Sendo um procedimento aplicável à operação urbanística, refere-se ao edificado (posto de combustíveis+depósitos+edifício de apoio+acessibilidade+áreas envolventes);-----

-----. Deve seguir a instrução constante na portaria nº. 113/2015, aplicável ao processo em questão.-----

-----. Está sujeito a licença administrativa nos termos das alíneas c) e i) do nº. 2 do artigo 4º do DL 555/99, alterado e republicado pelo DL 136/2014, de 9 de setembro- RJUE – aplicando-se ao edificado (posto de combustíveis + depósito + edifício de apoio+ acessibilidades+ áreas envolventes);-----

-----. Só poderá decorrer após o licenciamento pela DRE;-----

-----.Carece sempre de parecer e autorização por parte da Infraestruturas de Portugal uma vez



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que se localiza à margem da EN 228.-----

-----Uma vez que se localiza em “espaço florestal” do PDM, deve cumprir os condicionalismos constantes da alínea b) do artigo 21º. -----

-----Em conclusão:-----

-----. Nos termos do artigo 9º. do DL 217/2012, o parecer é favorável.-----

-----No entanto o requerente deve cumprir os procedimentos técnico-administrativos atrás descritos, constantes do RJUE”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, considerando o parecer do Chefe de Divisão da DPAT.-----

15.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/256, DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO CONFINANTE COM A VIA PÚBLICA NA RUA 25 DE ABRIL, BARRIL, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:--

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/256, em nome de Suse Catarina de Carvalho Pereira, residente em Rua da Associação em Vale de Paredes, Sobral, referente à construção de um muro de vedação confinante com a via pública na Rua 25 de Abril, Barril, União de freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

----- Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.-Foi emitido alvará de obras de construção n.º 4/2018, cujo prazo de validade teve início a 24/01/2018 e termo a 23/02/2018;-----

-----2.- Não foram executadas quaisquer obras no prazo fixado na licença, contado a partir da data de emissão do alvará, conforme informação, datada de 16/03/2018, dos *Serviços de Fiscalização Municipal*.-----

-----3.-Em 15/02/2018 foi emitido Despacho pelo Senhor Presidente que determina que: “Do teor da informação dos serviços de fiscalização datado de 16/03/2018, ressalta que, na sequência de deslocação ao local se constatou que não foram executadas quaisquer trabalhos.--



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O artigo 71º. 3, a) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação prescreve que a licença caduca se as obras não foram iniciadas no prazo de 12 meses a contar da data de emissão do alvará.-----

-----Conforme preceitua o nº.5 do artigo 71º. do diploma legal vindo de referir, a caducidade da licença deve ser declarada pela Câmara municipal, após audiências prévia do interessado.--

-----Assim, tendo em conta o exposto, e considerando o teor da informação administrativa datada de 16/02/2018, fls. 78 e a referida informação dos serviços de fiscalização de 16/03/2018, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre a intenção de declaração de caducidade e respetivos fundamentos e, caso seja deliberada favoravelmente a intenção de declarar a caducidade do licenciamento, devera ser o requerente notificado do teor da deliberação sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias uteis para o exercício da audiência prévia.-----

-----Mais, deverá o requerente ser advertido, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal ínsita no referido art. 72º. do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data da caducidade ou, se tal prazo estiver esgotados, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para prosseguimento do processo 01/2016/256.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/256, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 4/2018, cujo término ocorreu em 23/03/2018, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- 3.- Advertir o requerente, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal ínsita no referido artigo 72º. do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data da caducidade ou, se tal prazo estiver esgotados, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para o prosseguimento do processo 01/2016/256.--

15.4.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA 2ª. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS N.º. 01/2016/23, DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA NA RUA PRINCIPAL EM CERDEIRA, TREZOI:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 01/2016/23, em nome de Maria Susete Morais Bento Maurício, residente em Rua Principal, 11, Cerdeira, referente à alteração e ampliação de moradia e licenciamento de obras efetuadas (Proc.º. anterior n.º. 1975.793), com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

----- Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.-Foi emitido alvará de obras de construção n.º 63/2016, cujo prazo de validade teve início a 10/11/2016 e termo a 09/05/2017.-----

-----2.-Foi posteriormente emitida uma 1ª. prorrogação (n.º. 420) válida até 10/08/2017 e uma 2ª. prorrogação (n.º. 739), válida até 23/11/2017-----

-----3.-As obras não foram concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.-----

-----4.-Em 20/12/2017 foi emitido, pelo Chefe de Divisão Planeamento e Administração do Território, Parecer Técnico, em que, considerando após análise das informações dos Serviços Administrativos e dos *Serviços de Fiscalização Municipal* verifica-se que nos termos do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

disposto da alínea d), do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, o Alvará de licença de construção terminou atendendo ao prazo previsto para conclusão da empreitada, em 23.11.2017, propõe que:” Seja declarada a respetiva caducidade, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º, após audiência prévia do interessado; - O interessado requeira a renovação – nova licença, prevista no RJUE, no artigo 72.º do DL n.º 555/99, alterado pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro”.-----

-----5.- Em 15/02/2018 foi emitido Despacho pelo Senhor Presidente que determina que: *“Tendo em conta o parecer técnico datado de 20/12/2017, consubstanciado nas informações dos serviços administrativos, fls 160 e dos serviços de fiscalização municipal, fls 162, é minha intenção submeter à deliberação da Câmara Municipal a declaração de caducidade do alvará de construção.*-----

-----Assim, deverá a requerente ser notificada da intenção de declaração de caducidade do alvará de licença de construção para, nos termos do disposto no art.º 71.º, 5.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, e caso assim entenda exercer o seu direito de audiência prévia quanto à referida intenção, no prazo de 10 (dez) dias”.-----

-----6.- Em 27/02/2018 foi o requerente notificado pelo ofício n.º DAGF/AG – 561, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de dez (10) dias, para nos termos e para os efeitos de Audiência Prévia, vir dizer, por escrito o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo. Aquele prazo terminou em 16/03/2018, sem que nada viesse dizer ou apresentar.-----

-----Assim, atendendo que:-----

-----1.-A licença ou autorização para a realização das operações urbanísticas relativas à edificação caduca «se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará», conforme previsto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.-A caducidade referida no citado artigo não tem, contudo, carácter automático. Na



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

verdade, conforme ressalta do n.º 5 do citado artigo «A caducidade prevista na alínea d) do n.º 3 é declarada pela câmara municipal, com audiência prévia do interessado».

-----3.-O caso em apreço, reflete uma circunstância objetiva de ultrapassagem de prazo, a caducidade já se encontrará constituída, sendo que a declaração de caducidade por parte da Câmara Municipal terá uma eficácia meramente declarativa, até porque, se encontra acometida ao Município uma obrigação legal de pronúncia administrativa no sentido de declarar a caducidade do licenciamento.

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal aprecie e delibere: -----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/23, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 63/2016, cujo término (última prorrogação) ocorreu em 23/11/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2013/43, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º n.º.63/2016, e conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para se pronunciar nos termos do disposto no artigo 71.º, n.º 5 nos termos dos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento.

15.5.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º. 01/206/2018, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2017/241, RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO – ESTAÇÃO DE SERVIÇOS/OFICINA DA MORPNEUS, LDª.

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 260/2018, da Morpneus, Ldª., com sede no Rua do Bairro Novo, n.º. 3 Barril, Mortágua solicitar, nos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 29.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento da taxa de licenciamento no valor de mil setecentos e quarenta e cinco euros e cinco cêntimos (1.745,05 €) do processo n.º 01/2017/241- Reconstrução e Ampliação da Estação de Serviços e Oficina de veículos automóveis, sita na Rua do Bairro Novo, 15, Barril, Mortágua, que foi totalmente destruídas pelos incêndios ocorridos a 15 e 16 de outubro de 2017.-----

-----Trata-se da reconstrução das instalações da empresa que foram totalmente destruídas pelos incêndios ocorridos em 15 e 16 de outubro de 2017, sendo a respetiva obra financiada pelo Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtiva visa a recuperação dos ativos empresariais danificados, pelos incêndios, e permitirá assim a manter os postos de trabalhos, pelo que se poderá considerar que a isenção se enquadra no citado normativo.-----

-----De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de isenções ou reduções de taxas é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16.º daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a concessão à Morpheus, Lda, da isenção do pagamento da taxa de licenciamento no valor de mil setecentos e quarenta e cinco euros e cinco cêntimos (1.745,05 €) do processo n.º 01/2017/241- Reconstrução e Ampliação da Estação de Serviços e Oficina de veículos automóveis, sita na Rua do Bairro Novo, 15, Barril, Mortágua.-----

15.6.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º. 110/2018, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2015/144., CONSTRUÇÃO NOVA - HABITAÇÃO E MURO DE VEDAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29.º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS) – Indeferimento:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 21/02/2018 o Senhor Presidente informou que em prosseguimento da notificação feita, através do ofício referência



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

613, de 7/03/2018, a Joelle Gonçalves Semedo e Bruno Luís Fernandes Rodrigues, residentes na Rua das Rosa, Vale de Açores, Mortágua relativa à intenção de indeferimento do requerimento n.º 110/2018, de isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de cento e cinquenta e três euros e sessenta cêntimos (153,60 €), do processo n.º 01/2016/144 - Construção Nova - Habitação e Muros de Vedação, sita em Rua das Rosas, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que estes nada dissessem.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 21/03/2018, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao requerente.-

15.7.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º. 01/2018/219, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2017/180, CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):------

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 01/2018/219, em nome de Joel Graciano Martins Salazar e outra, residente em Rua do Sr. do Mundo, 10, Freixo, Mortágua, a solicitar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil e noventa e cinco euros e setenta e dois cêntimos (1.095,72 €) e da TMU no valor de trezentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos (357,55€), do processo n.º 01/2017/180- Construção Nova - Moradia, muros de vedação , sita na Rua de Santa Luzia , Freixo, Mortágua.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29.º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas “*Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os*”



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Joel Graciano Martins Salazar e outra, residente em Rua do Sr. do Mundo, 10, Freixo, Mortágua, da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil e noventa e cinco euros e setenta e dois cêntimos (1.095,72 €) e da TMU no valor de trezentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos (357,55 €), do processo n.º 01/2017/180- Construção Nova - Moradia, muros de vedação, sita na Rua de Santa Luzia, Freixo, Mortágua.-----

15.8.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º. 01/2018/230, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2017/204, ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 01/2018/230, em nome de Liliana Vanessa Pereira Semedo, residente em Rua da Cascalheira, n.º.49, Vale de Açores, Mortágua a solicitar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil duzentos e sessenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos (1.268,87€) do processo n.º 01/2017/204 - alteração e ampliação de habitação, sita na Rua da Escola, n.º.5, Trezoi, Mortágua.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas “*Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os*”



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16.º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Liliana Vanessa Pereira Semedo, residente em Rua da Cascalheira, n.º 49, Vale de Açores, Mortágua, da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil duzentos e sessenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos (1.268,87€) do processo n.º 01/2017/204 - alteração e ampliação de habitação, sita na Rua da Escola, n.º 5, Trezoi, Mortágua.-----

15.9.-PROCESSO N.º 06/2018/1 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2018/1 em que é requerente Décio Lino Rosa e através do qual vem requerer ao abrigo do artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a emissão de certidão destaque de parcela de terreno sito na Rua 25 de Abril, Barril, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz da referida União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 9223 e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 5341.-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão devendo proceder ao pagamento da importância de sessenta e três euros e noventa e cinco cêntimos (63,95 €).-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Município.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pelas dezanove horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Bleda Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre:

A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P., pessoa coletiva n.º 510 306 624, com sede na Rua da Murgueira, 9 - Zambujal - 2610-124 AMADORA, neste ato representado por António Sequeira Ribeiro, nomeado Vice-Presidente do Conselho Diretivo, doravante designada como PRIMEIRA OUTORGANTE OU APA.

E

O Município de Mortágua, pessoa coletiva n.º _____, com sede _____, neste ato representado pelo Presidente José Júlio Henriques Norte, no uso da competência própria, doravante designada como SEGUNDO OUTORGANTE OU _____.

Considerando que:

- a) O FUNDO AMBIENTAL tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram os objetivos enunciados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto;
- b) Nos termos do disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 11-A/2018, de 25 de janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 27, de 7 de fevereiro de 2018, o Fundo Ambiental deverá apoiar a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., no financiamento das intervenções urgentes e inadiáveis de regularização fluvial, até ao montante de € 12 000 000;
- c) Foi estabelecido um protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), com vista ao apoio ao financiamento das intervenções urgentes e inadiáveis de regularização fluvial, até ao montante de €12.000.000, nos concelhos aí referidos, o qual estabeleceu as regras do financiamento;
- d) O princípio da subsidiariedade inserto em diversos diplomas regulamentares das políticas de ambiente dispõe que os procedimentos ao nível da Administração Pública deverão ser coordenados, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo das populações;
- e) A proximidade entre os níveis de decisão e de ação favorece um quadro de entendimento local que permite garantir a integração intersectorial, a compatibilização de interesses e conferir uma responsabilidade partilhada para a consecução de objetivos ambientais, segundo princípios de eficácia e eficiência económica, com a tomada de decisões atempadas e eficientes no âmbito da execução material dos projetos;
- f) A despesa tem enquadramento na classificação económica D.04.03.05.xx.xx - “Transferências correntes - Administração Central - Serviços e fundos autónomos”, do orçamento do Fundo, sob o cabimento n.º FX41800xxx e compromisso inicial n.º FX51800xxx.

É celebrado o presente PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, que se rege nos termos das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

O presente protocolo de colaboração visa regular os termos e condições de natureza operacional a promover entre a AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P. (APA) e o MUNICÍPIO DE MORTÁGUA, no âmbito da RCM n.º 11-A/2018, de 7/2.

CLÁUSULA SEGUNDA

OBRIGAÇÕES DA APA

Constituem obrigações da APA:

- a) Executar de modo adequado as suas responsabilidades, incluindo as suas obrigações de informação, de cooperação, de pagamento e outras expressamente previstas no presente protocolo;
- b) Prestar e disponibilizar informação, documentos e orientações necessários à execução do presente protocolo;
- c) Assegurar o financiamento necessário à execução do presente protocolo, nos termos da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA TERCEIRA

DIREITOS DA APA

A APA pode a todo o tempo e pela forma que considerar conveniente:

- a) Verificar a execução técnica, operacional e financeira do Protocolo;
- b) Exigir a devolução das verbas não utilizadas.

CLÁUSULA QUARTA

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

Constituem obrigações do Município de Mortágua:

- a) Zelar pela execução do presente Protocolo;
- b) Afetar à execução do presente protocolo os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados, sem prejuízo das limitações legais ou financeiras a que esteja sujeito;
- c) Lançar os procedimentos de contratação nos termos do Código da Contratação Pública, tendo em vista a adjudicação das intervenções de regularização fluvial;
- d) Assegurar a fiscalização dos trabalhos das empreitadas;
- e) Analisar as propostas e adjudicar as obras;
- f) Disponibilizar à APA informação nos termos do n.º 3 da Cláusula Sétima;
- g) Remeter à APA relatórios mensais de progresso relevantes sobre indicadores de realização e de resultados das operações (mapa em anexo I ao presente protocolo), nos termos do n.º 4 da Cláusula Sétima;
- h) Zelar pela boa organização dos processos de gestão documental, informática ou outra, comprometendo-se a disponibilizá-los às entidades a quem incumbe a fiscalização, inspeção ou auditoria, assegurando a sua manutenção até à cessação do presente protocolo e nunca por um período inferior a 10 anos;
- i) Proceder ao reembolso das verbas não utilizadas, no prazo máximo de 30 dias a contar da notificação da APA para o efeito.

CLÁUSULA QUINTA

INTERLOCUTORES

1. São nomeados dois interlocutores, designados por cada um dos outorgantes que têm por missão promover e acompanhar a execução do presente protocolo:
 - a) Por parte da APA/ARH do Centro, o Eng. Emídio Barros Cardoso;
 - b) Por parte do Município a/o _____.
2. Compete, designadamente, aos interlocutores:
 - a) Reunir, sempre que seja necessário;
 - b) Monitorizar a execução do presente protocolo;

CLÁUSULA SEXTA

FINANCIAMENTO

1. Os encargos resultantes da execução do Protocolo são suportados pela APA até ao montante de €110 000,00 (Cem e Dez mil euros), distribuídos da seguinte forma:

- a) 40% do encargo global, no prazo de 30 dias após a assinatura do presente protocolo;
 - b) Três tranches relativas ao remanescente, em montantes de 20% cada, desde que seja previamente demonstrada a execução física e financeira do montante transferido, mediante a apresentação de relatórios de execução.
2. Os relatórios devem identificar, pelo menos, o projeto, o município, os encargos previstos e executados e respetivas taxas de execução, conforme anexo I ao presente protocolo.

CLÁUSULA SÉTIMA

COMUNICAÇÕES

1. As comunicações e notificações entre as partes devem ser efetuadas por via eletrónica para os seguintes contactos:
 - a) APA: emidio.barros@apambiente.pt e arhc.geral@apambiente.pt
 - b) MUNICÍPIO DE MORTÁGUA: _____
2. Qualquer alteração às informações de contacto referidas no número anterior deve ser comunicada à outra parte no prazo de 5 dias úteis.
3. O segundo outorgante comunica ao primeiro outorgante, no prazo de 5 dias úteis, após a sua concretização:
 - a. O lançamento do procedimento;
 - b. A adjudicação;
 - c. O início da obra;
 - d. A conclusão da obra.
4. O Município de Mortágua, deve reportar à APA o ponto de situação, conforme o mapa no anexo I ao presente protocolo.

CLÁUSULA OITAVA

CONFIDENCIALIDADE

1. Todas as informações resultantes do presente protocolo são de natureza confidencial, só podendo ser utilizadas para os fins a que se destinam e não podendo ser reveladas a terceiros.
2. As entidades outorgantes devem assegurar que os seus colaboradores respeitam a obrigação de confidencialidade prevista no número anterior.

CLÁUSULA NONA

ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO

1. Qualquer alteração a introduzir no presente protocolo no decurso da sua execução ou prorrogação será objeto de acordo prévio entre as partes e convertida em adenda, a qual só terá validade após a aprovação pelos órgãos de ambas as entidades.
2. Qualquer alteração que venha a ser introduzida no presente protocolo, nos termos do número anterior, e que respeite a qualquer uma das suas cláusulas, considera-se automaticamente integrada no texto original.

CLÁUSULA DÉCIMA

RESOLUÇÃO DO PROTOCOLO

1. A qualquer uma das partes é conferido o direito de resolução do Protocolo, desde que se verifique ter havido por uma das partes o incumprimento reiterado das obrigações consubstanciadas no presente Protocolo.
2. Em caso de incumprimento, a APA pode exigir a devolução total ou parcial das verbas transferidas.
3. Não serão considerados fatores de incumprimento os que resultem de casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte bem como, informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
4. É do conhecimento oficioso a verificação do caso fortuito ou de força maior quando o evento a que se refere o n.º 2 constitua facto notório, devendo considerar-se como tais os factos que são do conhecimento geral, e seja previsível a impossibilidade da prática do ato dentro do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DÚVIDAS NA INTERPRETAÇÃO E NA EXECUÇÃO DO PRESENTE PROTOCOLO

Ambas as partes acordam em conjugar esforços e recursos para que quaisquer dúvidas relacionadas com a interpretação e a execução do presente Protocolo sejam solucionadas por consenso e no mais curto espaço de tempo possível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

FORO COMPETENTE

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da aplicação do presente protocolo é competente o tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

PRODUÇÃO DE EFEITOS E VIGÊNCIA

O presente protocolo produz efeitos à data da sua assinatura e vigora até 31 de dezembro de 2018, sem prejuízo de todas as obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Protocolo.

O presente Protocolo, que vai ser assinado e rubricado por ambas as Partes outorgantes, é feito em dois exemplares, valendo ambos como originais, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Coimbra, XX de XXXXX de 2018.

PRIMEIRO OUTORGANTE	SEGUNDO OUTORGANTE